

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

LEI Nº, DE DE 2012

“Altera a Lei Complementar nº 269, de 22 de Janeiro de 2007, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso”

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescentado ao Artigo 1º da Lei Complementar Nº 269, de 22 de janeiro de 2007 o seguinte inciso:

“**Art. 1º** ...

XIX – celebrar Termos de Ajustamento de Gestão – TAG”

Art. 2º A Lei Complementar 269/07 passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“**Art. 42-A** O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por intermédio do seu Presidente e dos respectivos Relatores, pode celebrar Termo de Ajustamento de Gestão com a autoridade competente, visando o desfazimento ou saneamento de ato ou negócio jurídico impugnado.

§ 1º O Termo de Ajustamento de Gestão pode ser utilizado de forma alternativa ou cumulada às providências mencionadas no Art. 38 e seguintes desta Lei Complementar, e por meio das disposições constantes em regulamentação própria.

§ 2º O Ministério Público de Contas deverá participar de todas as fases do procedimento administrativo de celebração do TAG.

Art. 42-B O documento de formalização do Termo de Ajustamento de Gestão deverá conter, no mínimo:

I – a identificação precisa da obrigação ajustada e da autoridade responsável pelo seu cumprimento;

II – a fixação de prazo para o cumprimento da obrigação e comprovação junto ao Tribunal de Contas;

III – a expressa adesão, de todos os signatários, aos Termos do Ajustamento de Gestão;

IV – as sanções cabíveis no caso de descumprimento do termo.

§ 1º São legitimados a propor o TAG, no âmbito de suas jurisdições e competências:

I – o Presidente do Tribunal de Contas;

II – os Conselheiros;

III – os Conselheiros Substitutos; e,

IV – o Procurador Geral de Contas.

§ 2º O TAG passa a ter validade depois de homologado pelo Tribunal Pleno e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, constituindo-se em título executivo.

§ 3º A formalização do TAG, enquanto em execução, suspende a aplicação de novas sanções e acarreta, para a autoridade responsável pelo ajustamento de gestão, a renúncia ao direito de questionar, perante o Tribunal de Contas, os termos ajustados. (os destaques representam sugestões do Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima)

§ 4º É vedada a celebração de TAG quando:

I – o ato ou fato impugnado configurar ato doloso de improbidade administrativa ou de desvio de recursos públicos;

II – o ajustamento implicar em renúncia de receita pública;

III – nos casos em que já houver decisão irrecorrível do Tribunal de Contas sobre o ato ou fato impugnado.

Art. 42-C A execução do TAG será permanentemente monitorada pelo Tribunal.

§ 1º Cumpridos os termos do ajuste, o Tribunal dará quitação, no que se refere aos atos e fatos que ensejaram o TAG, à autoridade responsável por sua execução.

§ 2º O inadimplemento do TAG implica em sanções perante o Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais medidas judiciais cabíveis.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.